



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

252  
AP

Sexta Câmara Cível

Agravo Regimental Nº 0326042-4 (0001175-20.2011.8.17.0220)

Agravante: Elenildo Vieira de Souza

Agravado: Banco Itaú S/A

Relator: Des. Evandro Magalhães Melo

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO. PRESENÇA NOS AUTOS DE ELEMENTOS QUE CONTRADIZEM A ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIO INDEFERIDO. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. A declaração de pobreza exigida pelo art. 4º da Lei Federal nº 1.060/50 para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita goza de presunção *juris tantum*, podendo ser afastada quando dos autos resultarem conclusões divergentes das emitidas na mencionada declaração.
2. O próprio Recorrente em sua peça inicial destaca integrar um grupo econômico de mais de 06 (seis) empresas, dentre as quais se destacam pelo menos 03 (três) postos de gasolina e uma transportadora de combustíveis, o que afasta a presunção de hipossuficiência requerida.
3. Agravo não provido, decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 27 de março de 2014, por unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 27 de março de 2014.

  
Des. Evandro Magalhães Melo  
Relator



253  
20

**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

**Sexta Câmara Cível**  
**Agravo Regimental Nº 0326042-4 (0001175-20.2011.8.17.0220)**  
**Agravante: Elenildo Vieira de Souza**  
**Agravado: Banco Itaú S/A**  
**Relator: Des. Evandro Magalhães Melo**

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Agravo Regimental com o fito de alterar a decisão proferida por esta Relatoria que negou o benefício da assistência judiciária gratuita perseguido pelo Agravante em seu recurso de apelação.

O Agravante apresentou recurso, insurgindo-se contra a referida decisão alegando, em suma, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tendo colacionado aos autos diversos documentos que comprovariam tal condição.

Aduz, ainda, o Recorrente que a simples afirmação por parte do Requerente é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso para que seja deferido a gratuidade da justiça pleiteada.

Vindo-me em seguida os autos conclusos.

**É o relatório. Passo a decidir.**

Preenchidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade recursal, passo à análise do Agravo.

Adianto que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada, mantenho, assim, os fundamentos da decisão proferida:

Compulsando os autos, verifico que o Apelante requereu em seu recurso o benefício da justiça gratuita, acostando aos autos declaração de pobreza, fl. 192.

Passo, assim, a análise do aludido requerimento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

Saliento, inicialmente, que o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, exige prova da insuficiência de recursos para o fornecimento do serviço de assistência judiciária gratuita. E, em que pese tal não se confunda com o instituto da gratuidade judiciária, disciplinado pela Lei Federal nº 1.060/50, a norma constitucional, por seu caráter fundante, necessariamente deve influir na correta exegese das leis ordinárias, anteriores ou posteriores, dentro do fenômeno denominado de interpretação conforme a constituição.

Nesse contexto, reforço o entendimento de que a declaração de pobreza exigida pelo art. 4º da Lei Federal nº 1.060/50 goza tão somente de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser afastada por ausência de demonstrativos que a sustente, quando eventualmente exigidos, ou pela própria existência de elementos que afastem sua verossimilhança.

Pois bem.

No presente caso o próprio Recorrente destaca na inicial dos embargos do devedor por ele interpostos que "é parte integrante de um mesmo grupo de empresas, dentre as quais se destacam a Arcosene Ltda., Elenildo Vieira & Cia Ltda., Posto Arcoverde Ltda., Posto Cardeal LTda., Posto Moderna Ltda. e Transportes de Combustível Arcoverde LTda".

Ou seja, o Apelante de acordo com suas próprias alegações integra um grupo econômico de mais de 06 (seis) empresas, dentre as quais se destacam pelo menos 03 (três) postos de gasolina e uma transportadora de combustíveis.

Desse modo, como já explanado, a declaração de pobreza exigida pelo art. 4º da Lei Federal nº 1.060/50 para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita goza de presunção juris tantum, podendo ser afastada quando dos autos resultarem conclusões divergentes das emitidas na mencionada declaração.

A esse respeito já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:

**"PROCESSUAL CIVIL - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECLARAÇÃO DO REQUERENTE - PRESUNÇÃO IURIS TANTUM - IMPUGNAÇÃO COM PROVAS INSUFICIENTES - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

1. Não ocorre ofensa aos arts. 458 e 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Nos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, esta Corte tem se posicionado no sentido de que a declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção iuris tantum de necessidade,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

259  
20

que somente será elidida diante da prova em contrário, podendo também o magistrado, avaliando as alegações feitas pela parte interessada, examinar as condições para o seu deferimento.

3. In casu, o Tribunal de origem, adotando a mesma linha jurisprudencial do STJ, concluiu que a mera alegação da União, de que os particulares, por serem auditores fiscais da Receita Federal, possuem renda líquida suficiente para arcar com as custas processuais, seria incapaz de elidir assertiva de necessidade das partes.

4. Inviável a modificação do julgado combatido, uma vez que inexistiu violação dos dispositivos legais apontados, bem como diante da necessidade de reapreciação das provas carreadas aos autos, o que é obstado em recurso especial (incidência da Súmula 7/STJ). 5. Recurso especial não provido".

(REsp 1344637/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 17/10/2012)

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PRECEDENTES DA CORTE. 1. Precedentes da Corte assentam que o Magistrado pode examinar as condições para o deferimento da assistência judiciária, avaliando as alegações feitas pela parte interessada. No caso, entendendo as instâncias ordinárias que a capacidade do monte é muito superior ao valor das custas, não cabe mesmo deferir o benefício. 2. Recurso especial não conhecido".

(RESP 443.615, T-3, TERCEIRA TURMA, j. 27.05.2003, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO);

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO.

Precedentes da Corte assentam que o Magistrado pode examinar as condições para o deferimento da assistência judiciária, avaliando as alegações feitas pela parte interessada.

Recurso desprovido".

(REsp 699.126/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/09/2005, DJ 07/11/2005, p. 361)

Assim sendo, denego o benefício de assistência judiciária gratuita ora pleiteado.

Destaque-se, ainda, que os documentos aos quais o Agravante faz menção em seu recurso (fls.223/229) dizem respeito às empresas Elenildo Vieira & Cia Ltda. , Arcosene Limitada - EPP, Posto Cardeal Ltda. e Posto Arcoverde Ltda. , porém seu extrato bancário traz saldo positivo e nada demonstra sobre as empresas Posto Moderna Ltda. e Transportes de Combustível Arcoverde Ltda.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

O Recorrente não traz a sua declaração de imposto de renda ou qualquer outro documento hábil a comprovar a sua condição econômica, ainda lhe restando as duas empresas já mencionadas.

Desse modo, da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o Agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Do exposto se infere que não há razão para o inconformismo da parte Agravante. Neste sentido, **VOTO** pelo **DESPROVIMENTO** do presente recurso, mantendo a decisão ora vergastada.

É como VOTO.

Recife, 27 de Março de 2014.

  
**Des. Evandro Magalhães Melo**  
**Relator**